

O projeto de conversão de parte da dívida externa em bônus foi inviabilizado pelo ministro da Fazenda, Bresser Pereira, ao tentar impor aos bancos internacionais o deságio de 30%. A crítica foi feita ontem, no Rio, pelo autor da idéia que deu origem ao projeto, o ex-executivo do Chase Manhattan Bank, Joedir Amorim de Sá, que alegou que sua proposta não pressionava os bancos quanto ao deságio, vantagem que poderia ser obtida nas negociações de taxas de juros e prazos.

Através do ministro-chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI), general Ivan de Souza Mendes, Joedir Amorim de Sá havia encaminhado a proposta ao governo e recebido do ministro Bresser Pereira a resposta de que ela tinha sido incorporada ao Plano Macroeconômico. Segundo Amorim de Sá, a proposta original tinha sido analisada por vários bancos estrangeiros, inclusive o Bank of America e o Exinbank, que se mostraram interessados na idéia geral e pediram maiores detalhes.

Para Amorim de Sá, consultor de vários bancos estrangeiros no Brasil, a proposta, que poderia trazer uma redução imediata da dívida externa brasileira, readequando-a à nossa capacidade de solvência, sem prejuízo do desenvolvimento econômico, pode estar sendo inutilizada pela forma inábil com que o ministro Bresser Pereira apresentou-a ao secretário do Tesouro norte-americano, James Baker III.

Mais pressão

O financista afirma que o ministro Bresser Pereira não podia ter explicitado o deságio, modificando a proposta inicial.

Somente quem tem dinheiro na mão pode se beneficiar do deságio, comprando à vista os títulos no mercado. Isso está sendo feito pelos grandes bancos americanos, que estão adquirindo títulos da dívida brasileira dos pequenos e médios bancos e irão exercer maior pressão sobre o Brasil nas próximas negociações, em sua opinião.

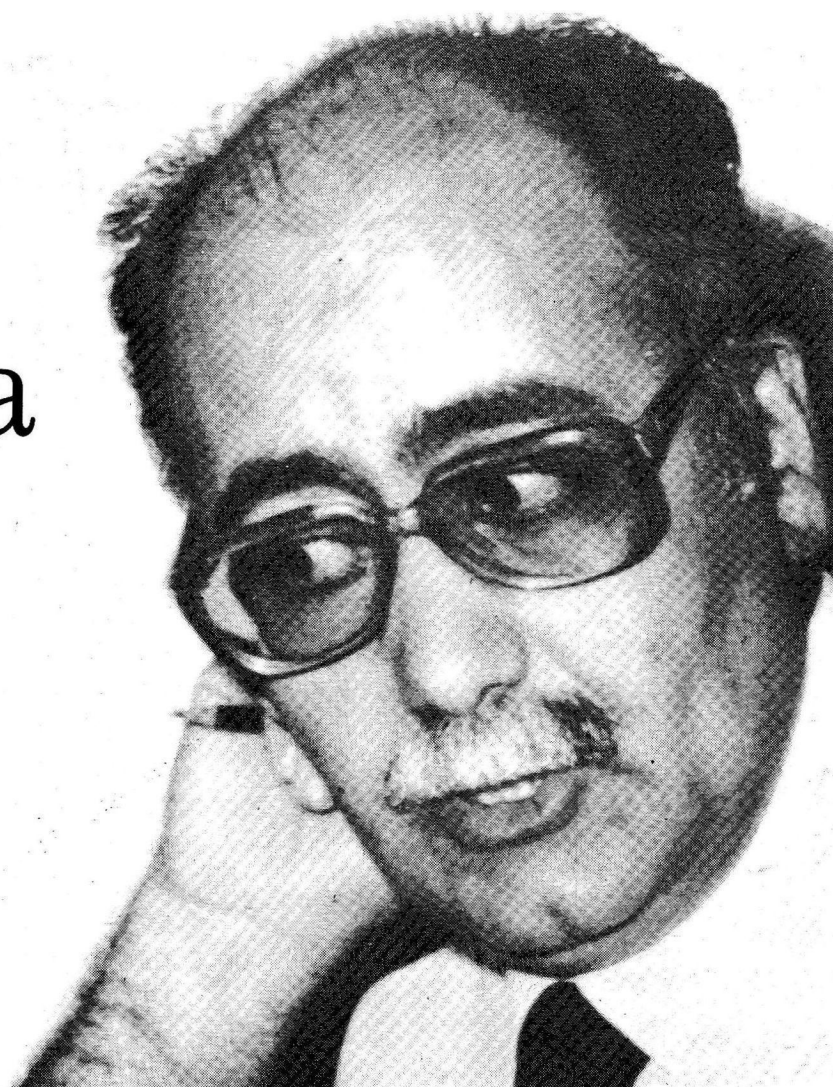
No projeto original, seria montado toda uma engenharia financeira para embutir taxas de juros fixas e prazos que representariam ganhos para as duas partes sem pressionar os banqueiros e sem constrangimentos para ambas as partes.

Segundo Joedir Amorim de Sá, sua proposta tinha sido montada atendendo os requisitos básicos exigidos pelos banqueiros internacionais. Ou seja, essa proposta objetiva:

— Conduzir os países em desenvolvimento a uma reforma estrutural e financeira de longo prazo; assegurar a atuação unida da comunidade bancária internacional para enfrentar o problema da dívida no futuro; proporcionar um verdadeiro alívio nas

Onde o País errou na negociação da dívida *Externa*

O maior erro foi tentar impor aos bancos credores o deságio de 30%, na opinião do financista Joedir Amorim de Sá (foto), autor da idéia que deu origem ao projeto de conversão de parte da dívida em bônus. Ele disse que sua proposta não pressionava os bancos quanto ao deságio, vantagem que poderia ser conseguida nas negociações.



dívidas dos países em desenvolvimento, com um fluxo de capital positivo que provoque o crescimento econômico; e, finalmente, garantir o comprometimento dos países desenvolvidos para seguirem corretas políticas financeiras e econômicas que proporcionem baixas taxas de inflação, de juros e evitem as restrições ao comércio internacional.

Na opinião do ex-executivo do Chase, a dívida mundial beira hoje US\$ 1 trilhão e não pode ser paga, nem os banqueiros querem que ela acabe, pois vivem de juros. Querem receber os juros e, depois de um certo período, o principal apenas para constar, porque simultaneamente, reemprestam esse dinheiro. Esse mundo ideal está mudando e os banqueiros sabem disso, procu-

rando inovações e saídas que permitam a convivência.

Outro aspecto assinalado por Amorim de Sá é que o Brasil é a oitava potência mundial e está negociando sua dívida externa como se fosse um país africano inexpressivo. Fundamentalmente, sua proposta buscava ser discutida e votada pelo Congresso Nacional, que aprovaria uma lei da dívida internacional brasileira e a emissão de bônus. Essa lei garantiria à comunidade financeira internacional que toda a sociedade brasileira, e não apenas um governo transitório, se compromete a honrar o compromisso. Por essa lei, ficaria proibido também que o Banco Central desse aval ou assumisse dívidas de terceiros, no futuro.

Quanto a esse último ponto, lembrou

que muitos bancos no Exterior contrataram empréstimos com bancos brasileiros em situação duvidosa, como Auxiliar, Comind, Brasilinvest, com spreads e comissões altíssimas, sabendo que o Banco Central assumiria posteriormente essa dívida. Depois da lei, as dívidas futuras ficariam por conta de tomadores individuais e não de responsabilidade da nação. Segundo ele, o país é soberano para negociar sua dívida externa e sem o Congresso não se faz negociação.

Para Joedir Amorim de Sá o fato da dívida internacional ser aprovada pelo Congresso não significa uma posição unilateral do Brasil nem sequer uma imposição à comunidade financeira internacional. Seria uma emissão de bônus a serem oferecidos como saída da moratória e ele gostaria de

poder demonstrar essa tese, com sua equipe, para os congressistas.

Basicamente, sua proposta é de que o presidente Sarney encaminhe projeto de lei ao Congresso Nacional, autorizando o Tesouro a emitir o montante de US\$ 50 bilhões e 760 milhões em títulos da dívida internacional, com vencimentos em 22 anos. Isso representa a imediata redução da dívida para 53% e traria maior independência ao Brasil face às flutuações de taxas de juros no mercado norte-americano, cuja tendência é de alta, acompanhando as incertezas do mercado do petróleo.

Esses 47% da dívida brasileira emitidos em bônus seriam 50% em dólar e 50% na moeda de outros países credores, permitindo uma geração de caixa imediata aos banqueiros internacionais de 37,66%, uma vez que tais títulos poderiam encontrar colocação fácil junto aos fundos de pensões e companhias de seguros pela garantia de pagamento semestral de cupons, ou dividendos.

Contra a conversão

Esses bônus, com vencimento até o ano de 2007, com juros fixos pela média dos últimos 20 anos, permitiriam aos bancos ter um ativo comercializável, além de estimular o comércio internacional, já que poderiam ser trocados por produtos brasileiros ou negociados entre exportadores e importadores de outros países. Amorim de Sá é contra a conversão da dívida em capital de risco porque isso poderia representar a desnacionalização da economia, uma vez que os ativos das empresas em Bolsas de Valores de US\$ 44 bilhões estão cotados somente a US\$ 18 bilhões.

Sua proposta para a dívida externa apresenta uma contrapartida também para o problema da dívida interna que implicaria na transformação dela no montante de 35% em bônus dolarizados, em condições semelhantes às estabelecidas para a dívida externa, para colocação no mercado interno. O remanescente, 65%, seria convertido em bônus em cruzados, com prazos dilatados de cinco a 12 anos, podendo ser utilizados como caução e pagamento de impostos. Esse esquema busca ainda a consolidação da dívida dos estados e municípios.

Dentro do seu programa, ele propõe ainda a permissão de depósitos em território nacional em moeda estrangeira para repatriamento de recursos no Exterior ou entesourados, mediante abertura de conta corrente em bancos autorizados a operar em câmbio, bem como recursos oriundos de exportações. Todo esse esquema seria negociado no Congresso Nacional para dar credibilidade às medidas, tanto interna como externamente, através de um verdadeiro pacto nacional para sanear a economia e eliminar a atual ciranda financeira.

José Roberto Arruda - Ae Rio